



ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL

Gabinete da Secretária de Estado do Turismo

Despacho n.º 2652/2020

Sumário: Designa a licenciada Tânia José Lemos Marques Ramos para exercer as funções de adjunta no Gabinete e designa a mesma para substituir o chefe do Gabinete nas suas ausências e impedimentos.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo a licenciada Tânia José Lemos Marques Ramos, técnica superior do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., para exercer as funções de adjunta no meu Gabinete.

2 — A designada substitui o chefe do Gabinete nas suas ausências e impedimentos, nos termos do disposto do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, o qual produz efeitos a partir de 15 de fevereiro de 2020.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

7 de fevereiro de 2020. — A Secretária de Estado do Turismo, *Rita Baptista Marques*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Tânia José Lemos Marques Ramos.
Nascida a 12 de outubro de 1976, Lisboa.

2 — Formação académica:

Licenciatura em Direito (menção de Ciências Jurídicas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1999);

Pós-graduação em Ciências Políticas e Internacionais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2001);

Pós-graduação em Direito do Trabalho e da Segurança Social pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2005);

Conclusão da parte curricular do mestrado em Direito das Empresas — Especialização na área do Direito do Trabalho (2010) pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;

Pós-graduação em Ciência da Legislação e Legística pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2016).

3 — Formação profissional:

Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP), promovido pelo INA (dezembro/2014);
Formação complementar em várias áreas, das quais se destacam no direito administrativo, na contratação pública, no direito trabalho e no quadro laboral da Função Pública.

4 — Experiência profissional:

De 1 de janeiro de 2020 até à atualidade exerceu as funções de técnica especialista do Gabinete da Secretária de Estado do Turismo do XXII Governo Constitucional;

De 26 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 exerceu as funções de adjunta do Gabinete do Ministro do Mar do XXII Governo Constitucional, em acumulação com a função de substituição do chefe do Gabinete;

De 15 de janeiro de 2018 a 25 de outubro de 2019 exerceu as funções de técnica especialista do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna;

De 2013 a 2018 exerceu funções como Chefe de Divisão da Divisão de Apoio Jurídico e Contencioso do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., em regime de comissão de serviço. No exercício das suas funções, na área jurídica, desenvolveu e acompanhou as alterações legislativas introduzidas nos regimes jurídicos do ensino português no estrangeiro, do estatuto dos agentes da cooperação portuguesa e dos trabalhadores dos centros culturais portugueses, bem como as respetivas propostas de regulamentação; foi responsável pelos procedimentos adjudicatórios de contratos de aquisição e locação de bens e serviços e os de empreitadas de obras públicas. Na área do contencioso administrativo assegurou a preparação e o acompanhamento dos processos nas suas diferentes fases, bem como a representação do Instituto junto dos tribunais no âmbito dos mesmos.

Exerceu funções técnicas no Gabinete de Apoio à Presidência do Tribunal Central Administrativo Sul (2013), tendo como principais atividades a elaboração de projetos de acórdãos e pareceres nas áreas do contencioso administrativo e tributário.

Desde 2000 desempenhou funções técnicas na Divisão de Apoio Jurídico e Contencioso no Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., e no ex-Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

Exerceu advocacia nas áreas de Direito Civil, Administrativo, Penal e Trabalho (2002-2009).

5 — Outros dados relevantes:

Louvor n.º 900/2019, de 25 de outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de novembro de 2019;

Formadora desde 2006, designadamente nas áreas dos recursos humanos e do direito administrativo.

Integrou o júri de vários procedimentos concursais para seleção de pessoal, bem como para procedimentos pré-contratuais de aquisição de bens e serviços.

313013227